



4.ª Reunião de Câmara | Ordinária

05 de fevereiro de 2024, 16:00h

Maia, Paços do Concelho

Ao quinto dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, pelas dezasseis horas, na sala de reuniões no terceiro piso do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a quarta reunião de Câmara, ordinária.

Presidiu à reunião o Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago.

Secretariou a reunião a Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Marisa Neves.

Presenças:

1. Presidente, António Domingos da Silva Tiago
2. Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
3. Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos
4. Vereador, António Manuel Leite Ramalho
5. Vereador, Mário Nuno Alves de Sousa Neves
6. Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras
7. Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho
8. Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda
9. Vereador, Paulo Sérgio Fernandes da Rocha
10. Vereador, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro
11. Vereador, António José Ferreira Peixoto

A reunião teve início pelas 16:00h, com a seguinte ordem de trabalhos:



1. Período de Antes da Ordem do Dia

A Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, interveio, reiterando mais uma vez que era importante para o Partido Socialista serem avisados quando vinha um membro do Governo à Maia. Mais uma vez, a Senhora Vereadora deixou esse registo e a pretensão do Partido Socialista. A Senhora Vereadora referiu outro assunto, que se prendia com uma notícia veiculada pela comunicação social, de que já haveria alguns desenvolvimentos na aquisição da Quinta do Mosteiro, pelo que pedia ao Senhor Presidente um ponto de situação.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, deu nota que, relativamente aos membros do Governo, nenhuma Câmara chama o executivo para reunir com o Ministro. O último membro do Governo que esteve na Maia foi o Ministro do Ambiente, a convite da Maiambiente, e o Senhor Presidente dispôs-se a ir recebê-lo, por uma questão de respeito e de amizade. Mais tarde esteve na Maia o Ministro da Cultura, a convite da Fundação Gramaxo, a inaugurar a casa sede da Fundação Gramaxo, não tendo sido o Senhor Presidente ou a Câmara Municipal a endereçar os convites. Quanto à Quinta do Mosteiro, o Senhor Presidente já tinha mencionado à Câmara que a sua primeira deslocação neste mandato foi para visitar a Quinta do Mosteiro e reunir, pela primeira vez, com a família proprietária. Posteriormente aconteceram mais duas reuniões, tendo-se estabelecido um acordo de princípio a ser discutido e formalizado em sede de Executivo Municipal.

A Senhora Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda, interveio, referindo que, a título de complemento à observação que tinha sido feita pela Senhora Vereadora Sandra Lameiras, referindo que tinha sido uma visita estritamente técnica, porque o convite já tinha sido feito na primeira vinda do Senhor Ministro à Maia, para inaugurar o troço na ponte de Moreira no Corredor do Rio Leça. Entretanto, num encontro na Leonesa, a Senhora Vereadora mostrou o seu lamento pelo facto do Senhor Ministro ter terminado o mandato sem vir visitar a Maiambiente, até porque o Senhor Ministro tinha mostrado alguma curiosidade no sistema PAYT. Inicialmente, a Senhora Vereadora tinha previsto convidar todos os Senhores Vereadores, mas por pedido expresso da secretária pessoal do Senhor Ministro, e atendendo ao período de término de funções, foi pedido expressamente que não fosse uma visita pública,



nem previamente anunciada, que nem houvesse convites, era uma visita estritamente técnica.

O Senhor Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, interveio, dando uma nota sobre a Quinta do Mosteiro, referindo que tinha saído uma notícia, no Jornal de Notícias onde mencionava que a Câmara tinha comprado a Quinta do Mosteiro, antes de ser publicada nos jornais da Maia, e obviamente as pessoas que leram comentaram que a Câmara tinha comprado a Quinta do Mosteiro.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, referiu que era público pois já tinha mencionado em alguns eventos que a Câmara tinha chegado a um acordo para aquisição da Quinta do Mosteiro, mas não disse que tinha sido adquirida. Mais disse o Senhor Presidente que já tinha dado essa informação à Câmara, e que estava a ser elaborada uma proposta para posteriormente ser submetida à Câmara.

2. **Aprovação da ata da 29.ª reunião de Câmara ordinária de 06 de novembro de 2023**

Depois de submetida a discussão e votação foi a ata da 29.ª reunião de Câmara ordinária de 06 de novembro de 2023, **aprovada por unanimidade**.

Não participaram na votação o Senhor Presidente da Câmara, António Domingos da Silva Tiago, e o Senhor Vereador, António Manuel Leite Ramalho, por não terem estado presentes na reunião a que ata dizia respeito nos termos do impedimento legal previsto no n.º 3 do art.º 34.º do Código de Procedimento Administrativo.

Introduziram-se retificações de pormenor às intervenções da Senhora Vice-Presidente, Emília Santos, bem como nas intervenções do Senhor Vereador António José Ferreira Peixoto.

3. **Aprovação da ata da 30.ª reunião de Câmara ordinária pública de 20 de novembro de 2023**

Depois de submetida a discussão e votação foi a ata da 30.ª reunião de Câmara ordinária pública de 20 de novembro de 2023, **aprovada por unanimidade**.

Não participaram na votação a Senhora Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda, e o Senhor Vereador, António Manuel Leite Ramalho, por não terem estado presentes



na reunião a que ata dizia respeito nos termos do impedimento legal previsto no n.º 3 do art.º 34.º do Código de Procedimento Administrativo.

A Secretária da reunião, Marisa Neves, Prestação de esclarecimento de natureza técnica pela Secretária da reunião,

4. Aprovação da ata da 31.ª reunião de Câmara extraordinária de 27 de novembro de 2023

Depois de submetida a discussão e votação foi a ata da 31.ª reunião de Câmara extraordinária de 27 de novembro de 2023, **aprovada por unanimidade.**

Não participaram na votação a Senhora Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda, e os Senhores Vereadores, Paulo Fernando de Sousa Ramalho e Hernâni Avelino da Costa Ribeiro, por não terem estado presentes na reunião a que ata dizia respeito nos termos do impedimento legal previsto no n.º 3 do art.º 34.º do Código de Procedimento Administrativo.

5. Aprovação da ata da 32.ª reunião de Câmara extraordinária de 30 de novembro de 2023

Depois de submetida a discussão e votação foi a ata da 32.ª reunião de Câmara extraordinária de 30 de novembro de 2023, **aprovada por unanimidade.**

Não participaram na votação a Senhora Vice-Presidente da Câmara, Emília de Fátima Moreira dos Santos, a Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, e os Senhores Vereadores, Paulo Fernando de Sousa Ramalho e António Manuel Leite Ramalho, por não terem estado presentes na reunião a que ata dizia respeito nos termos do impedimento legal previsto no n.º 3 do art.º 34.º do Código de Procedimento Administrativo.

6. Aprovação da ata da 33.ª reunião de Câmara ordinária de 04 de dezembro de 2023

Depois de submetida a discussão e votação foi a ata da 33.ª reunião de Câmara ordinária de 04 de dezembro de 2023, **aprovada por unanimidade.**

Não participou na votação a Senhora Vice-Presidente da Câmara, Emília de Fátima Moreira dos Santos, por não ter estado presente na reunião a que ata dizia respeito nos termos do impedimento legal previsto no n.º 3 do art.º 34.º do Código de



Procedimento Administrativo.

- 7. PRR – Plano de Recuperação e Resiliência | 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação | Ratificação do Contrato de Participação SIGA n.º 62561 | “Aquisição de terrenos e construção de prédio ou de empreendimento habitacional – 22 fogos – Rua de Alvura, Milheirós”**

Registo n.º 1638/24

Depois de submetido a discussão e votação foi o contrato de participação SIGA n.º 62561 | “Aquisição de terrenos e construção de prédio ou de empreendimento habitacional - 22 fogos – Rua de Alvura, Milheirós”, **ratificado por unanimidade.**

- 8. PRR – Plano de Recuperação e Resiliência | 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação | Ratificação do Contrato de Participação SIGA n.º 61843 | “Aquisição de terrenos e construção de 5 fogos – Rua de Timor, Águas Santas”**

Registo n.º 4313/24

Depois de submetido a discussão e votação foi o do contrato de participação SIGA n.º 61843 | “Aquisição de terrenos e construção de 5 fogos – Rua de Timor, Águas Santas”, **ratificado por unanimidade.**

- 9. PRR – Plano de Recuperação e Resiliência | 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação | Ratificação do Contrato de Participação SIGA n.º 62631 | “Aquisição de terrenos e construção de 19 fogos – Rua Dom Afonso Henriques, Águas Santas”**

Registo n.º 4382/24

Depois de submetido a discussão e votação foi o contrato de participação SIGA n.º 62631 | “Aquisição de terrenos e construção de 19 fogos – Rua Dom Afonso Henriques, Águas Santas, **ratificado por unanimidade.**

- 10. Proposta de adesão do Município da Maia à “Portucalea – Associação Florestal do Grande Porto”, com o inerente pagamento da quota anual de associado efetivo**

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora do



Pelouro da Qualidade de Vida, Ambiente, Clima e Energia, Marta Moreira de Sá Peneda – registo n.º 51 338/23

A Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, questionou o porquê de uma proposta de adesão, quando a Câmara já fazia parte da associação.

A Senhora Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda, interveio, referindo que era uma proposta de adesão do Município da Maia à Portucalea – Associação Florestal do Grande Porto, e à semelhança dos anos anteriores foi sugerido que a Câmara Municipal da Maia integrasse esta associação, nos termos explanados na proposta.

Depois de submetida a discussão e votação foi a adesão do Município à “Portucalea – Associação Florestal do Grande Porto”, **aprovada por unanimidade**.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea n) do n.º 1 e k) do n.º 2 do art.º 25.º e alínea ccc) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente, em conjugação com o disposto nos artigos 1.º, 6.º, 53.º, 56.º e 59.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.

11. Aprovação da tabela de preços das publicações da Divisão de Cultura

Proposta subscrita pelo Senhor Vereador do Pelouro da Cultura, Mário Nuno Alves de Sousa Neves – registo n.º 2076/24

Depois de submetida a discussão e votação foi a tabela de preços das publicações para 2024, aprovada por unanimidade.

12. Pedido de fixação do preço e aprovação da entrada da receita das inscrições para as Férias Culturais de 2024

Informação da Divisão de Cultura/Biblioteca – registo n.º 2145/24

A Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, interveio, questionando se as Férias Culturais de 2024 eram durante sete semanas, e se o valor era de trinta euros era por semana.

O Senhor Vereador, Mário Nuno Alves de Sousa Neves, respondeu que o valor de trinta euros era por semana.

Depois de submetida a discussão e votação foi a fixação do preço das inscrições no evento Férias Culturais, em €30,00 (trinta euros) e entrada da receita nos cofres da



Autarquia, **aprovado por unanimidade.**

13. Pedido de fixação do preço e aprovação da entrada da receita para atividades de música para bebés, a realizar no Fórum da Maia

Informação da Divisão de Cultura/Biblioteca – registo n.º 2469/24

Depois de submetido a discussão e votação foi a fixação do preço das inscrições das atividades de música para bebés em €10,00 (dez euros) para as oficinas para bebés e €20,00 (vinte euros) para o workshop para agentes de ensino, e entrada da receita nos cofres da Autarquia, **aprovada por unanimidade.**

14. Espetáculo de teatro infantil – Branca de Neve – Fixação do preço dos bilhetes e aprovação da entrada de receita

Informação da Divisão de Cultura – registo n.º 44 288/23

Depois de submetida a discussão e votação foi a fixação do preço dos bilhetes da apresentação do espetáculo de teatro infantil “Branca de Neve”, no valor de €5,00 (cinco euros) para aquisição de bilhete simples e €15,00 (quinze euros) para aquisição do Passe Família, que dará acesso a 4 ingressos e entrada da receita nos cofres da Autarquia, **aprovada por unanimidade.**

15. Auto de eliminação 1:2024 – proposta de abate patrimonial

Informação da Unidade de Gestão do Arquivo Municipal – registo n.º 1117/24

Depois de submetida a discussão e votação foi a proposta de abate patrimonial | auto de eliminação 1:2024, **aprovada por unanimidade.**

16. Fixação do dia e hora das reuniões da Câmara Municipal – 2024 – retificação

Depois de submetida a discussão e votação foi a retificação da deliberação tomada na 36.ª reunião de Câmara ordinária pública de 18/12/2023 – ponto 14, sendo que reunião ordinária pública do mês de julho, realizar-se-ia no dia 16, terça-feira, dado que dia 15 de julho seria feriado municipal, **aprovada por unanimidade.**

17. Pedido de isenção de taxas para evento religioso – 02 a 04 de fevereiro de 2024 – Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Romão de Vermoim |



Informação da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º
239/24

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Romão de Vermoim, **aprovado por unanimidade.**

18. Pedido de isenção de taxas para licença de especial de ruído, nos termos e condições considerados na LER atribuída – Associação Desportiva e Recreativa de Parada

Informação da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º
2640/24

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Associação Desportiva e Recreativa de Parada, **aprovado por unanimidade.**

19. Pedido de isenção de taxas para evento religioso – Festa em Honra do Deus Menino de Águas Santas no dia 14/01/2024 – Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Maria de Águas Santas

Informação da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º
936/24

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Maria de Águas Santas, **aprovado por unanimidade.**

20. Pedido de isenção de taxas para desfile de carnaval em 09/02/2024 – Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica de Porto Bom

Informação da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º
1171/24

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica de Porto Bom, **aprovado por unanimidade.**



21. **Pedido de isenção de taxas para desfile de carnaval em 09/02/2024 e dia da criança em 01/06/2024 – Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica EB da Seara e Jardim de Infância da Campa do Preto**

Informação da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 2312/24

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica EB da Seara e Jardim de Infância da Campa do Preto, **aprovado por unanimidade**.

22. **Pedido de isenção de taxas para desfile de carnaval em 09/02/2024 – Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica de Monte das Cruzes**

Informação da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 1637/24

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica de Monte das Cruzes, **aprovado por unanimidade**.

23. **Pedido de isenção de taxas para desfile de Carnaval em 09/02/2024 – Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica de Gestalinho**

Informação da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 52 409/23

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica de Gestalinho, **aprovado por unanimidade**.

24. **Pedido de isenção de taxas de vistoria de salubridade – Maria de Fátima Gonçalves Barros**

Informação da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 1447/24



Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado por Maria de Fátima Gonçalves Barros, **aprovado por unanimidade.**

25. Processo de informação prévia de obras de edificação em nome de Município da Maia - processo n.º 2452/23

Depois de submetido a discussão e votação foi o parecer técnico não vinculativo, **aprovado por unanimidade.**

26. Processo de informação prévia de obras de edificação em nome de município da Maia - processo n.º 2388/23

Depois de submetido a discussão e votação foi o parecer técnico não vinculativo, **aprovado por unanimidade.**

27. Processo de operação de loteamento em nome de Município da Maia – processo 2530/23

Depois de submetida a discussão e votação foi a operação de loteamento de iniciativa municipal com sujeição às condições impostas na informação técnica prestando com o PI:5955/23,2, **aprovada por unanimidade.**

28. Processo de informação prévia de obras de edificação em nome de Município da Maia - processo n.º 55/24

Depois de submetido a discussão e votação foi o parecer técnico não vinculativo, **aprovado por unanimidade.**

29. Processo de informação prévia de obras de edificação em nome de Município da Maia - processo n.º 116/24

Depois de submetida a discussão e votação foi o parecer técnico não vinculativo, **aprovado por unanimidade.**

30. Concurso público sem publicitação internacional para a “Construção de equipamentos de saúde primária – USF Pedras Rubras – Acordo de colaboração com a ARS Norte, na freguesia de Moreira”

- Proposta de decisão sobre pedido de esclarecimentos/erros e omissões
- Prorrogação prazo de apresentação de propostas



Informação da Divisão de Contração Pública e Aprovisionamento – registo n.º 79/23

Depois de submetida a discussão e votação foi a aprovação da proposta da decisão sobre pedido de esclarecimentos, erros e omissões e prorrogação de prazo de apresentação de propostas, **ratificada por unanimidade.**

31. **Atribuição de uma comparticipação financeira à Santa Casa de Misericórdia da Maia, para a instalação de um Centro de Dia no Edifício Cívico de Gemunde – Freguesia do Castelo da Maia - €44 347,50 (quarenta e quatro mil trezentos e quarenta e sete euros e cinquenta cêntimos)**

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora do Pelouro do Desenvolvimento Social e Demografia, Emília de Fátima Moreira dos Santos – registo n.º 55 195/23

A Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos, interveio, dando nota que decorria de uma candidatura ao PARES 3.O, em 2020 o Município tinha assumido a comparticipação de 50% do valor remanescente da componente privada, que cabia à Santa Casa da Misericórdia e 25 % da componente fiscalização. Na altura a candidatura era de cento e catorze mil euros (114.000,00€), mas passados dois anos o concurso foi lançado por cento e vinte cinco mil euros (125.000,00€). Mais referiu a Senhora Vice-Presidente que foi necessário levar novamente à Câmara o acordo para corrigir os valores.

Depois de submetida a discussão e votação foi a celebração de um Acordo de Cooperação com a Santa Casa da Misericórdia da Maia, de acordo e nos termos da minuta do contrato, tendo em vista a comparticipação financeira no montante de €44 347,50 (quarenta e quatro mil trezentos e quarenta e sete euros e cinquenta cêntimos), **aprovado por unanimidade.**

O Senhor Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, não participou na votação, declarando-se impedido nos termos previsto no artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo.



32. Descentralização de competências em matéria de ação social – Atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual a pessoas em situação de carência económica e risco social para o ano de 2024

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora do Pelouro do Desenvolvimento Social e Demografia, Emília de Fátima Moreira dos Santos – registo n.º 267/24

A Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos, interveio, referindo que esta proposta tinha que ver com a descentralização de competências, e as prestações pecuniárias, referindo-se exclusivamente aos apoios que eram atribuídos para a habitação, para as rendas de casa, para medicamentos, e outras despesas, nomeadamente com os transportes. No mês de janeiro, como ainda não tinham a proposta elaborada, e para que as pessoas não ficassem penalizadas, foi feita a atribuição correspondente, e agora ia à Câmara para ratificar.

Depois de submetidos a discussão e votação foram os apoios pecuniários de caráter eventual aprovados por despacho do Senhor Presidente e atribuídos e pagos no mês de janeiro, no montante de €16 224,06 (dezasseis mil duzentos e vinte e quatro euros e seis cêntimos), aprovação da atribuição de um montante máximo de €233 775,94 (duzentos e trinta e três mil setecentos e setenta e cinco euros e noventa e quatro cêntimos) para prestações pecuniárias de caráter eventual em situação de Emergência social, comprovada carência económica e de risco social, para o período de fevereiro a dezembro), assim como para fazer face ao pagamento de alojamentos de emergência e de despesas de caráter urgente e inadiável supridas por recurso ao fundo de maneiço do GAIL-SAAS da Maia, para o ano de 2024, **ratificados por unanimidade.**

O Senhor Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, não participou na votação, declarando-se impedido nos termos previsto no artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo.

33. Alteração da estrutura orgânica do Município da Maia

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago



O Senhor Vereador, António Manuel Leite Ramalho, questionou se já havia alguma ideia de quais seriam as divisões e quais os critérios.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, respondeu que não, mas assim que estivesse definido levaria à Câmara. A razão é a de que a Câmara Municipal precisa de melhorar o Organigrama iniciando-se o processo com esta capacitação em termos de quantitativos.

O Senhor Vereador, António José Ferreira Peixoto, questionou se não era possível no momento, na constituição das unidades orgânicas, definir quem as preenchia.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, respondeu que não, que era necessário primeiro haver as Unidades e só depois as preencher.

O Senhor Vereador, António Manuel Leite Ramalho, interveio, referindo que esta deliberação era resultado de uma alteração ao regulamento organizacional, porque o regulamento organizacional definia qual era cada uma destas unidades. Era um bocadinho estranho o Senhor Presidente não ter uma ideia possível dessas alterações específicas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, referiu que o regulamento, a que o Senhor Vereador alude, existirá quando as Unidades forem constituídas. Mais acrescentou que as Unidades ainda não estavam completamente definidas, neste momento pretende-se aprovar o seu aumento e que, posteriormente, seria submetido à Câmara o conjunto de Unidades em concreto e o conteúdo das mesmas, em termos de regulamento da macroestrutura.

O Senhor Vereador, Mário Nuno Alves de Sousa Neves, interveio, referindo que seria pouco correto debitar quais eram as unidades. Neste momento o que se estava a fazer e tendo em conta os efeitos que as delegações de competências provaram na atual estrutura, naturalmente começou-se a perceber que algumas unidades precisavam de ter algumas alterações, e provavelmente novas unidades tinham de ser criadas, e os serviços de recursos humanos estavam a fazer esse estudo. De acordo com o regulamento em vigor, havia um limite máximo fixado de criação das várias tipologias de unidades, e o que se estava a fazer era permitir previamente alargar o número das novas unidades, ao abrigo da Lei, definindo o limite máximo



que se podia ter, para que quando as várias necessidades aferidas pelos serviços estiveram concluídas poder, ao abrigo desse formato, dar satisfação às expectativas.

Depois de submetida a discussão e votação foi a alteração à estrutura orgânica: a estrutura flexível composta por um número máximo de 29 unidades orgânicas de 2.º grau e dezanove unidades orgânicas de 3.º grau, a criar, alterar ou extinguir por deliberação da Câmara Municipal, **aprovado por maioria, com os votos contra do Partido Socialista**, que apresentou Declaração de Voto ditada para a ata pelo Senhor Vereador António Manuel Leite Ramalho: “Dada a ausência de um diagnóstico justificativo da alteração proposta e de critérios perceptíveis de redimensionamento da estrutura orgânica, votamos contra.”

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea c), artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro.

34. Constituição de fundos de maneiio para o exercício de 2024, nos termos Regulamento Interno do Município da Maia, face ao disposto no ponto 2.9.10.1.11 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro não revogado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro - Sistema de Normalização Contabilista para as Administrações Públicas (SNC-AP), conforme dispõe o seu artigo 17.º - Norma Revogativa

Informação do Departamento de Finanças e de Património – registo n.º 3494/2024

Depois de submetida a discussão e votação foi a constituição de fundos de maneiio para o exercício de 2024, nos termos do Regulamento Interno do Município da Maia e à luz do disposto no ponto 2.9.10.1.11 do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de fevereiro, não revogado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), conforme dispunha o seu art.º 17.º - Norma Revogatória, a favor dos titulares identificadas e de acordo com as rubricas de classificação económica de despesas mencionadas, **aprovada por unanimidade**.

35. Projeto de Regulamento de Utilização de Viaturas Municipais da Frota dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia



Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago - registo n.º 58 805/23

A Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, interveio, referindo que queriam saudar a iniciativa desta regulamentação da utilização das viaturas municipais da frota dos SMAS, porque balizava para todos e impedia também que as pessoas, no futuro, pudessem vir a ter alguns problemas por utilização indevida. Era de saudar estar-se a regularizar estas situações que faltavam.

Depois de submetido a discussão e votação foi o Projeto de Regulamento de Utilização de Viaturas Municipais da Frota dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento da Maia, **aprovado por unanimidade**.

36. Nota informativa nos termos da deliberação de delegação de competências da Câmara no Presidente, para o presente mandato autárquico do relatório referente aos PIP'S – 4.º trimestre de 2023

Foi tomado conhecimento.

37. Nota informativa nos termos da deliberação de delegação de competências da Câmara no Presidente para o presente mandato autárquico

Informação do Departamento de Finanças e Património – registo n.º 28 454/23

A Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, interveio, dando nota que no PDF 1211, processo n.º 63767, havia dois ajustes diretos à empresa MaiaLimpa pelo mesmo valor, um no dia 27 de dezembro e outro no dia 29 de dezembro. Questionou a Senhora Vereadora se não seria erro. A segunda questão era no PDF 1212, processo n.º 44586/23, estava a proposta de procedimento para aquisição dos dois mil e cem cabazes de Natal, e a pergunta da Senhora Vereadora, era se não houve mais concorrentes, se só havia um concorrente para apresentar proposta para os cabazes. A Senhora Vereadora colocou a mesma questão no PDF 1211, processo n.º 630/23, que era aquisição de serviços para implementação da iluminação de Natal, também só houve um concorrente.

Prestação de esclarecimentos de natureza técnica pela Diretora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Carvalho, referindo que era um só ajuste direto,



que tinha duas fases do procedimento. Uma das fases era a abertura da proposta de procedimento, e a outra fase era a proposta de adjudicação. Quanto às outras questões colocadas, os documentos ali presentes eram as minutas de contrato, ou seja, uma fase posterior à adjudicação, ficando a Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Carvalho, de verificar essas situações.

Foi tomado conhecimento.

38. Celebração de escrituras de compra e venda de frações autónomas do “Empreendimento Municipal do Meilão, sito na Carolina Michaelis, n.º 307 e 327, na freguesia de Águas Santas, concelho da Maia”

Despacho exarado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 2105/24

Foi tomado conhecimento.

39. Celebração de escrituras de compra e venda de frações autónomas do “Empreendimento Municipal do Meilão, sito na Carolina Michaelis, n.º 341, 361 e 363, na freguesia de Águas Santas, concelho da Maia”

Despacho exarado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 2137/24

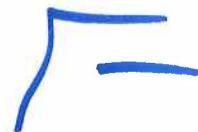
Foi tomado conhecimento.

40. CICAP | Tribunal Arbitral de Consumo – reporte dados 2023

E-mail do Tribunal Arbitral de Consumo – registo n.º 2427/24

A Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, interveio, referindo que não tinha dúvidas, pela troca de e-mails, que o relatório deveria ter um conteúdo bastante elogioso ao trabalho e empenho. Gostava de saber a Senhora Vereadora em quê, e solicitou se lhes era remetido o famigerado relatório.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, informou que o que estava presente à Câmara era o elogio e não o relatório, para que soubessem e conhecessem a forma como o Tribunal Arbitral de Consumo, que tinha uma instância na Câmara, vê e avalia o relacionamento e a ação da Câmara Municipal nesse âmbito. O Senhor Presidente solicitou à Senhora Vereadora Marta Peneda que requeresse o relatório aos Serviços e que o enviasse para conhecimento.



A Senhora Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda, interveio, dando nota que o GMIAC foi sempre muito responsável, e era da mais elementar justiça levar à Câmara para o conhecimento de todos, e da própria trabalhadora. Mais referiu a Senhora Vereadora que os relatórios têm ido à Câmara, sempre pela ocasião da celebração do dia Mundial do Consumidor. A Senhora Vereadora referiu que faria chegar o relatório.

Foi tomado conhecimento.

41. ENLU V & Urban Cleaning Expo – resumo da informação

E-mail da Maiambiente, E.M. – registo n.º 2354/24

A Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, interveio, dando os parabéns, porque achava muito importante que os técnicos que iam a este tipo de congresso fizessem o resumo, e este resumo estava muito bem feito, muito conciso, conseguindo-se perceber nas várias intervenções o que tinham dito. Era a primeira vez, desde que a Senhora Vereadora estava nesta Autarquia, que via um relatório daqueles, de um técnico. Era de realçar e parabenizar o técnico, não sabia a Senhora Vereadora se tinham sido as chefias que deram as indicações, se foram, estavam a fazer o seu trabalho, se não foram, mais meritório era, porque foi por iniciativa própria do trabalhador. Deu nota a Senhora Vereadora que a Câmara da Maia devia seguir, a médio prazo, o projeto que estava implementado em Málaga.

A Senhora Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda, referiu que o ponto dava nota da intervenção do técnico da Maiambiente num estudo que houve sobre limpeza urbana, mas tinha um propósito maior que era corroborar oficialmente o que a Senhora Vereadora tem vindo a dizer nas reuniões de Câmara.

Foi tomado conhecimento.

42. Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, EMEM – envio de Relatório de Execução Orçamental Trimestral – 3.º trimestre de 2023

Ofício da Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, EMEM – registo n.º 3198/24

Foi tomado conhecimento.



Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012

43. Relatório Operacional 2023 – SMPC Maia

Informação do Serviço Municipal de Proteção Civil – registo n.º 4480/24

Foi tomado conhecimento.

44. Guia de Promoção para uma Linguagem Inclusiva

Informação do Departamento de Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude – registo n.º 2026/24

Foi tomado conhecimento.

45. Apresentação do Programa Cultural da Divisão de Cultura para 2024

Informação da Divisão de Cultura – registo n.º 2018/24

Foi tomado conhecimento.

A Câmara Municipal mais deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações tomadas, para efeitos de execução imediata.

Pelas 17:56h o Senhor Presidente da Câmara encerrou a reunião, da qual se lavra a presente ata, que é constituída por 18 (dezoito) páginas e respetivos anexos.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia

António Domingos da Silva Tiago

A Secretária da Reunião

Marisa Neves

Maia e Paços do Concelho, 05 de fevereiro de 2024